

Congelamento não deu resultado

O governo José Sarney foi desastroso no combate à inflação: começou com um índice anual de 225 por cento e terminou com uma taxa mensal de 73 por cento (dois mil 750 por cento ao ano), apesar de ter aplicado quatro choques, através dos planos Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão. Durante o período, o Governo tentou salvar os salários da inflação com correções que acabavam jogando mais lenha na fogueira inflacionária.

Plano Cruzado — Em 28 de fevereiro de 1986, o presidente Sarney decretou o fim do cruzeiro e o nascimento do cruzado. Com o congelamento de preços e salários, a inflação, que era de 16,2 por cento em janeiro, caiu para zero. Em março, foi adotado o “gatilho”, prevendo reajuste automático dos salários a cada período em que a inflação acumulasse uma taxa de 20 por cento — sempre sem repasse nos preços. Quatro meses depois, os produtos desapareceram das prateleiras e o ágio corria solto. A inflação voltou a crescer, reduzindo o poder aquisitivo.

Plano Cruzado II — Em novembro, descongelou os preços de produtos e serviços e alterou os cálculos da inflação. O plano não satisfaz à população. O ministro Dílson Funaro demitiu-se em

abril de 1987.

Plano Bresser — O novo ministro Luís Carlos Bresser Pereira, diante de uma inflação de 23,2 por cento em maio, cria novo plano, congelando preços e salários. No final do ano, a inflação atingiu 366 por cento e o índice de reajuste salarial, a URP, estava totalmente desacreditado. Em janeiro do ano seguinte Bresser é substituído por Mailson da Nóbrega.

Plano Verão — Mailson toma posse e adota novo plano, criando o cruzado novo e congelando preços e salários. A inflação continua a subir, reduzindo o poder de compra e exigindo reposições salariais crescentes. A política salarial e toda economia desorganizam-se completamente. O ágio do dólar em 15 de dezembro atinge 145,2 por cento e a inflação registra em fevereiro de 1990, no final do Governo, a taxa de 72,8 por cento.

Às vésperas de sair do Governo, o ministro Mailson da Nóbrega declarou que o próximo presidente podia consertar a economia, desde que entrassem “em cena a questão da governabilidade e a capacidade que terá o presidente de negociar com todo o Congresso a realização do seu programa de reforma”. (CEDOC — Centro de Documentação).